

INFORMAÇÃO

DIVISAO ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA

DE: Chefe da Divisão Administrativa e Financeira

PARA: Exmº Sr Presidente da Câmara Municipal de Marvão

ASSUNTO: Prestação de Serviços de Assessoria de Comunicação
– Aprovação das peças do procedimento

DESPACHO	INFORMAÇÃO
<p><i>Aprova as peças do procedimento e procede-se ao envio do Comité as empresas referidas e dispensa-se de caução</i> <i>5-1-2016</i> <i>[Signature]</i></p>	<p>Tenho a honra de informar V. Exª que de acordo com a deliberação da Câmara Municipal datada de 04-01-2016, foi decidido dar início à abertura de um procedimento que tem por objeto a prestação de serviços de Assessoria de Comunicação.</p> <p>O prazo respeitante à aquisição de serviços será de 365 dias após a assinatura do respetivo contrato.</p> <p>Atendendo ao valor estimado da despesa, ser de cerca de 9.600,00 € (+ IVA), será de se efectuar um ajuste directo de acordo com o estipulado na alínea a) do nº. 1 do artº 20 do CCP.</p> <p>Como na referida deliberação, foi aprovado face ao valor e considerando que a prestação de serviços está abrangida pelas normas constantes do Código dos Contratos Públicos (CCP), aprovado pelo Decreto-Lei nº. 18/2008, de 29 de Janeiro, o ao abrigo do disposto na alínea a) do nº. 1 do artº 16º e no artº 18º, ambos do CCP, a autorização para se adoptar o Ajuste Directo propondo-se ainda o seguinte:</p> <p>1 – Peças de procedimento; A aprovação, nos termos da alínea a) do nº. 1 e nº. 2 do artº 40º do CCP, do convite e do caderno de encargos.</p> <p>2 – Entidades a convidar; De acordo com o estabelecido no nº. 1 do artº 113 e nº. 1 do artº 114 do CCP, que seja convidada a apresentar proposta a seguinte entidade para a qual se verificou a inexistência dos impedimentos previstos nos n.ºs 2 e 5 do artº 113 do CCP e de acordo com a referida deliberação da Câmara Municipal datada de 04-01-2016 no sentido de convidar o Sr:</p> <p>Samuel António Nabeiro Mimoso: Samuel.mimoso81@gmail.com</p> <p>Não sendo exigível a apresentação de caução, nos termos do nº 3 do Artº 88 do C.C.P., poderá V. Exª exigir, se o considerar conveniente, proceder à retenção de até 10% do valor dos pagamentos a efectuar.</p>

À consideração superior.

Marvão, 5 de janeiro de 2016

A Chefe de Divisão Administrativa e Financeira em Regime de Substituição



(Dr. Ilda Maria Ramos Lourenço Marques)

AJUSTE DIRECTO (nº 1 do Artº 20 do Dec-Lei 18/2008, de 29 de Janeiro)
PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ASSESSORIA DE COMUNICAÇÃO

CONVITE

O município de Marvão, de acordo com a de deliberação da respetiva Câmara Municipal na sua reunião ordinária datada de 04-01-2016, vem por este meio convidar V. Ex^{as} a apresentar uma proposta para a **Prestação de Serviços de Assessoria de Comunicação**

I. Identificação do Objecto do contrato e do procedimento:

I.1 Procedimento de ajuste directo, cujo objecto é a Prestação de Serviços de Assessoria de Comunicação em regime de avença durante 365 dias, podendo ser renovado, se houver interesse do Município e havendo acordo de ambas as partes.

A presente proposta deverá contemplar a prestação de serviços com a seguinte descrição das funções a desempenhar:

- Assessoria de Comunicação;
- Coordenação das atividades relacionadas com a Assessoria de Comunicação / Implementação de planos de comunicação;
- Planeamento, organização e gestão de eventos, em articulação com os vários serviços da autarquia e/ou serviços externos;
- Promoção de eventos de interesse do Município, preservando a qualidade e conteúdo das informações a serem divulgadas;
- Elaboração de Notas de Imprensa;
- Formulação e coordenação da política de comunicação da autarquia, editando, um Boletim Municipal/Newsletter, online e em papel;
- Representação do Município junto dos órgãos de comunicação social;
- Criação e gestão de conteúdos para os diversos suportes/ações de comunicação para site e páginas de Facebook do Município;
- Garantir uma presença forte e dinâmica nas redes sociais do Município;
- Acompanhamento dos eventos para partilha e divulgação de fotografias e comunicação, em direto, nas redes sociais;
- Garantir a cobertura jornalística de eventos organizados pela autarquia;
- Divulgação, nos órgãos de comunicação social, de notícias, editais, avisos e comunicados de interesse para o Município;
- Arquivo de documentos, reportagens, notícias e fotografias publicados nos meios de comunicação social locais e nacionais, e tudo o que for noticiado sobre o Município e concelho de Marvão.

I.2 O presente procedimento rege-se pelo Código dos Contratos Públicos (CCP).

II. Entidade Adjudicante/ Órgão contratante/ Esclarecimentos/Cópias/Consultas

II.1 A entidade adjudicante é o Município de Marvão, através da respectiva Câmara Municipal, sita no Largo de Stª Maria, 7330-101 Marvão, Tel. 245 909 030, Fax 245 993 526, email divisao.obras@cm-marvao.pt.

II.2 O órgão contratante é a Câmara Municipal de Marvão, representada pelo seu Presidente, entidade competente para autorizar a despesa, dado o seu valor, por aplicação do disposto no artigo 18 do Dec-Lei 197/99, de 8 de Junho.

II.3 Os esclarecimentos sobre as peças patenteadas podem ser solicitados, por escrito, para o endereço indicado em II.1, durante o primeiro terço do prazo fixado para a apresentação das propostas. Os esclarecimentos serão prestados e as rectificações das mesmas podem ser efectuadas até ao dia anterior ao termo do prazo para a apresentação da proposta.

II.4 Nos pedidos de esclarecimentos, os concorrentes deverão identificar-se e indicar o endereço e números de telefone, fax e email, cumprindo integralmente o disposto no artigo 74º do Dec-Lei nº 06/96, de 31 de Janeiro – Código do Procedimento Administrativo.

III. Fundamentação da escolha do procedimento

Dado o valor da prestação de serviços se estimar no valor de 9.600,00 € (+ IVA), optou-se pelo recurso ao ajuste directo nos termos e de acordo com o previsto no art.º 20.º, nº 1, do CCP.

IV – Documentos de habilitação a entregar pelo concorrente em caso de adjudicação

O adjudicatário deverá entregar os seguintes documentos:

- Identificação do representante do segundo outorgante;
- Certidão do Instituto de Gestão Financeira da Segurança Social;
- Certidão do Serviço de Finanças;

V – Local, prazo e forma de entrega da proposta

V.1. A data limite para a entrega das propostas são as 16 horas do dia 12/01/2016.

V.2. A proposta será apresentada através de correio electrónico, para o endereço referido no ponto II.1

VI – Elementos que a proposta deve conter:

VI.1 – A proposta a apresentar deverá ser constituída pelos seguintes documentos:

VI.2 - Declaração do concorrente de aceitação do conteúdo do caderno de encargos, em conformidade com o modelo Anexo I do convite [cfr. Anexo I do CCP – “Declaração” a que se refere a alínea a) do nº 1 do artº 57º do Código dos Contratos Públicos (CCP)], a qual deve ser assinada pelo concorrente ou por representante que tenha poderes para o obrigar;

VI.2.1 - Declaração do concorrente em conformidade com a al. c) do nº. 2 do artº 3 da Portaria nº. 149/2015 de 26 de maio, que segue em anexo.

VI. 3 – Quando a proposta seja apresentada por um agrupamento concorrente, a declaração deve ser assinada pelo representante comum dos membros que o integram, caso em que devem ser juntos à declaração os instrumentos de mandato emitidos por cada um dos seus membros ou, não existindo representante comum, deve ser assinada por todos os seus membros ou respectivos representantes;

VI. 4 - Documento que contenha o preço proposto de acordo com o qual o concorrente se dispões a contratar;

VI. 5 - O concorrente poderá apresentar quaisquer outros documentos que considere indispensáveis para complementar a proposta, designadamente na parte relativa aos respectivos atributos;

VI. 6 - Tratando-se de uma proposta com preço anormalmente baixo, como tal definida no artº 71º do CCP, o concorrente terá que apresentar documentação que contenha os esclarecimentos justificativos, quando esse preço resulte, directa ou indirectamente, das peças do procedimento

VI. 7 – Os documentos que constituem a proposta devem ser redigidos em língua portuguesa;

VI. 8 – Não é admitida a apresentação de propostas variantes.

VI. 9 – Sempre que não for possível a apresentação de qualquer documento pela via electrónica, o concorrente terá que o apresentar encerrado em invólucro opaco e fechado, no rosto do qual deve indicar a designação do procedimento e da entidade adjudicante. O invólucro deve ser entregue directamente ou enviado por correio registado à entidade adjudicante, devendo, em qualquer caso, a respectiva recepção ocorrer dentro do prazo fixado no ponto V deste anexo ao convite.

VI. 10 – Os documentos de habilitação exigíveis ao adjudicatário nos termos do nº1 do artº 126, deverão ser apresentados no prazo de 10 dias úteis, a contar da data da notificação da decisão de adjudicação. Verificando-se irregularidades nos documentos apresentados, será concedido um prazo de 10 dias úteis para a respectiva supressão.

VII – Contrato / Caução / Garantia

VII.1. Está dispensado o contrato a escrito nos termos da alínea a) do nº 1 do art.º 95.º do CCP.

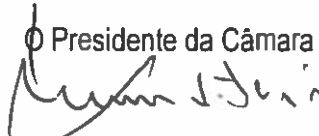
VII. 2. Não é exigida caução por o valor do contrato se confinar nos limites do art.º 88.º do CCP.

VII.3. Por despacho do Exmº Sr. Presidente foi determinado não exigir qualquer retenção no valor dos pagamentos.

VIII – Prazo de execução da prestação de serviço

O prazo para a prestação dos serviços será de 1 ano após a adjudicação.

Marvão, 5 de janeiro de 2016

○ Presidente da Câmara


(Eng. Victor Manuel Martins Frutuoso)

ANEXO I
Modelo de declaração

[a que se refere a alínea a) do n.º 1 do artigo 57.º]

1 — ... (nome, número de documento de identificação e morada), na qualidade de representante legal de (1) ... (firma, número de identificação fiscal e sede ou, no caso de agrupamento concorrente, firmas, números de identificação fiscal e sedes), tendo tomado inteiro e perfeito conhecimento do caderno de encargos relativo à execução do contrato a celebrar na sequência do procedimento de ... (designação ou referência ao procedimento em causa), declara, sob compromisso de honra, que a sua representada (2) se obriga a executar o referido contrato em conformidade com o conteúdo do mencionado caderno de encargos, relativamente ao qual declara aceitar, sem reservas, todas as suas cláusulas.

2 — Declara também que executará o referido contrato nos termos previstos nos seguintes documentos, que junta em anexo (3):

- a) ...
- b) ...

3 — Declara ainda que renuncia a foro especial e se submete, em tudo o que respeitar à execução do referido contrato, ao disposto na legislação portuguesa aplicável.

4 — Mais declara, sob compromisso de honra, que:

- a) Não se encontra em estado de insolvência, em fase de liquidação, dissolução ou cessação de actividade, sujeita a qualquer meio preventivo de liquidação de patrimónios ou em qualquer situação análoga, nem tem o respectivo processo pendente;
- b) Não foi condenado(a) por sentença transitada em julgado por qualquer crime que afecte a sua honorabilidade profissional (4) [ou os titulares dos seus órgãos sociais de administração, direcção ou gerência não foram condenados por qualquer crime que afecte a sua honorabilidade profissional (5)] (6);
- c) Não foi objecto de aplicação de sanção administrativa por falta grave em matéria profissional (7) [ou os titulares dos seus órgãos sociais de administração, direcção ou gerência não foram objecto de aplicação de sanção administrativa por falta grave em matéria profissional (8)] (9);
- d) Tem a sua situação regularizada relativamente a contribuições para a segurança social em Portugal (ou no Estado de que é nacional ou no qual se situe o seu estabelecimento principal) (10);
- e) Tem a sua situação regularizada relativamente a impostos devidos em Portugal (ou no Estado de que é nacional ou no qual se situe o seu estabelecimento principal) (11);
- f) Não foi objecto de aplicação da sanção acessória prevista na alínea e) do n.º 1 do artigo 21.º do Decreto-Lei n.º 433/82, de 27 de Outubro, no artigo 45.º da Lei n.º 18/2003, de 11 de Junho, e no n.º 1 do artigo 460.º do Código dos Contratos Públicos (12);
- g) Não foi objecto de aplicação da sanção acessória prevista na alínea b) do n.º 1 do artigo 627.º do Código do Trabalho (13);
- h) Não foi objecto de aplicação, há menos de dois anos, de sanção administrativa ou judicial pela utilização ao seu serviço de mão-de-obra legalmente sujeita ao pagamento de impostos e contribuições para a segurança social, não declarada nos termos das normas que imponham essa obrigação, em Portugal (ou no Estado de que é nacional ou no qual se situe o seu estabelecimento principal) (14);
- i) Não foi condenado(a) por sentença transitada em julgado por algum dos seguintes crimes (15) [ou os titulares dos seus órgãos sociais de administração, direcção ou gerência não foram condenados por alguns dos seguintes crimes (16)] (17):
 - i) Participação em actividades de uma organização criminosa, tal como definida no n.º 1 do artigo 2.º da Acção Comum n.º 98/773/JAI, do Conselho;
 - ii) Corrupção, na acepção do artigo 3.º do Acto do Conselho de 26 de Maio de 1997 e do n.º 1 do artigo 3.º da Acção Comum n.º 98/742/JAI, do Conselho;
 - iii) Fraude, na acepção do artigo 1.º da Convenção relativa à Protecção dos Interesses Financeiros das Comunidades Europeias;
 - iv) Branqueamento de capitais, na acepção do artigo 1.º da Directiva n.º 91/308/CEE, do Conselho, de 10 de Junho, relativa à prevenção da utilização do sistema financeiro para efeitos de branqueamento de capitais;
- j) Não prestou, a qualquer título, directa ou indirectamente, assessoria ou apoio técnico na preparação e elaboração das peças do procedimento.

5 — O declarante tem pleno conhecimento de que a prestação de falsas declarações implica, consoante o caso, a exclusão da proposta apresentada ou a caducidade da adjudicação que eventualmente sobre ela recaia e constitui contra-ordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em

qualquer procedimento adoptado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

6 — Quando a entidade adjudicante o solicitar, o concorrente obriga -se, nos termos do disposto no artigo 81.º do Código dos Contratos Públicos, a apresentar a declaração que constitui o anexo II do referido Código, bem como os documentos comprovativos de que se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d), e) e i) do n.º 4 desta declaração.

7 — O declarante tem ainda pleno conhecimento de que a não apresentação dos documentos solicitados nos termos do número anterior, por motivo que lhe seja imputável, determina a caducidade da adjudicação que eventualmente recaia sobre a proposta apresentada e constitui contra -ordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adoptado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

... (local), ... (data), ... [assinatura (18)].

- (1) Aplicável apenas a concorrentes que sejam pessoas colectivas.
- (2) No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada».
- (3) Enumerar todos os documentos que constituem a proposta, para além desta declaração, nos termos do disposto nas alíneas b), c) e d) do n.º 1 e nos n.os 2 e 3 do artigo 57.º
- (4) Indicar se, entretanto, ocorreu a respectiva reabilitação.
- (5) Indicar se, entretanto, ocorreu a respectiva reabilitação.
- (6) Declarar consoante o concorrente seja pessoa singular ou pessoa colectiva.
- (7) Indicar se, entretanto, ocorreu a respectiva reabilitação.
- (8) Indicar se, entretanto, ocorreu a respectiva reabilitação.
- (9) Declarar consoante o concorrente seja pessoa singular ou pessoa colectiva.
- (10) Declarar consoante a situação.
- (11) Declarar consoante a situação.
- (12) Indicar se, entretanto, decorreu o período de inabilidade fixado na decisão condenatória.
- (13) Indicar se, entretanto, decorreu o período de inabilidade fixado na decisão condenatória.
- (14) Declarar consoante a situação.
- (15) Indicar se, entretanto, ocorreu a sua reabilitação.
- (16) Indicar se, entretanto, ocorreu a sua reabilitação.
- (17) Declarar consoante o concorrente seja pessoa singular ou pessoa colectiva.
- (18) Nos termos do disposto nos n.os 4 e 5 do artigo 57.º

Declaração

(a que se refere a alínea c) do nº. 2 do artº 3º, da Portaria 149/2015, de 26/05)

Nome, com o número de identificação fiscal,
residente declara, sob compromisso de
honra e para efeitos consagrados na alínea c) do nº. 2 do artº 3º, da Portaria
149/2015, de 26/05), que não existe qualquer impedimento à celebração do respetivo
contrato.

....., .. de de 2016